



A IDENTIDADE DO SUJEITO COMO ESPELHO DA SOCIEDADE EM *O ESPELHO*, DE GUIMARÃES ROSA

Ana Maria Rocha Soares

Universidade Estadual do sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: anamarialiterata@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

297

A presente proposta visa discutir o conto *O Espelho*, da obra *Primeiras Estórias* (1962), de Guimarães Rosa, enquanto amostra da inclinação metafísica do autor e, como tal, como expressão literária que desvela mecanismos político-ideológicos responsáveis pelo ajustamento e adequações do sujeito às convenções e normas do meio social do qual este é oriundo. N' *O Espelho* Rosa faz uso de uma estratégia discursiva com a qual nos apresenta um narrador cujo discurso evidencia uma linguagem filosófica que lhe garante uma autoridade para refletir sobre os mecanismos político-ideológicos que são responsáveis pelo aprisionamento do homem em relação a si mesmo e à própria vida. O protagonista faz uma reflexão sobre seu ser, bem como sobre sua condição enquanto indivíduo social no mundo e, para tal, revela-se dotado de um discurso capaz de refletir e expressar, de forma consciente, as suas limitações enquanto sujeito autônomo, assim como capaz de questionar as razões que o limitam.

Em busca de sua essência, o protagonista, em frente ao espelho, busca anular elementos exteriores que se lhe impõe a sociedade e que, para ele, são responsáveis pelo “disfarce do rosto externo” (ROSA, p.126). Nesse sentido, sua ‘viagem’ metafísica constitui, assim, a busca do desconhecido em relação a si mesmo, a busca daquilo que aniquila seu ser enquanto sujeito autônomo.

Buscando validar uma constatação acerca da realidade imediata, o narrador-personagem, conscientemente, se desloca para um fenômeno cuja realidade estaria a um grau maior de distância, seja da vida cotidiana do seu interlocutor (a quem ele, supostamente, se dirige), seja do leitor. Esse narrador-personagem depara-se com uma situação-problema – descoberta - e sua reação, dentre as opções do seu campo de visão, é questionar a constatação e compartilhá-la com o seu suposto interlocutor (ouvinte) ou



mesmo leitor, de modo que esta outra realidade - com a qual acabou de se deparar - seja percebida (e constatada) também por aquele (s) a quem ele se dirige.

Nesse processo voluntário de olhar-se no espelho, a imagem que se revela ao sujeito (protagonista) é aquela que é previamente concebida, resultante de uma percepção e, conseqüentemente, de uma consciência. Revela, portanto, uma imagem que ratifica tanto a expectativa quanto a concepção de vida previamente delimitada por esse indivíduo: o narrador (sujeito) vê o que já esperava ver. A sua concepção de indivíduo delimitado pelas convenções sociais já se manifesta *a priori* na consciência do narrador e, como tal, a imagem refletida constitui, para ele, aquilo que ele, de antemão, já determinara (ou de que já tivera consciência).

Daí todo o cuidado com o ‘tempo’ e com os ‘olhos’:

Ah, o tempo é o mágico de todas as traições... E os próprios olhos, de cada um de nós, padecem viciação de origem, defeitos com que cresceram e a que se afizeram, mais e mais. [...] (ROSA, p. 120).

O narrador tem consciência de que os olhos, conquanto elementos responsáveis pela visão (o enxergar), são os mesmos elementos responsáveis pela “cegueira”, na medida em que esses olhos focalizam apenas aquilo que é do interesse ou da realidade imediata desse mesmo indivíduo. Eles – os olhos - orientam para um fim (objeto) que, por sua vez, é aferido por um sujeito que previamente o percebeu e o delimitou:

Os olhos, por enquanto, são a porta do engano; duvide deles, dos seus, não de mim. Ah, meu amigo, a espécie humana pejeja para impor ao latente mundo um pouco de rotina e lógica, mas algo ou alguém de tudo faz frincha para rir-se da gente... E então? (ROSA, p.120). Olhos contra os olhos. Soube-o: os olhos da gente não têm fim. Só eles paravam imutáveis, no centro do segredo [...] (ROSA, p.123).

Nos trechos, patenteia-se a consciência de que o “enxergar” (ou visão) do sujeito é delimitado pela realidade imediata (sociedade). Assim, o espelho reflete a imagem pré-concebida de alguém que intenta ver nada mais do que o reflexo do já “visto”. Se, por um lado, os olhos veem, por outro, eles “cegam”. Desse modo, o olho cujo papel é ver, apreender o veraz é, paradoxalmente, o elemento que induz ao engano. Daí, o olho, que é o que orienta ou direciona ao ponto de interesse (visão) do sujeito, é o mesmo elemento responsável pela “cegueira” desse sujeito quando o desvia daquilo que não é do interesse da consciência. O olhar consegue obscurecer aquilo que o rodeia. Nesse sentido, o olho é aquilo que, no interior (ou na presença) da realidade imediata (ou cotidiana), consegue, paradoxalmente, marcar a ausência desta. A presença só se



processa somente com aquilo que é foco (ou centro) de interesse ou de atenção do sujeito.

Eis a constatação: se os olhos – que deveriam enxergar – enganam, isso se deve ao fato de que esses mesmos olhos (enquanto elementos condicionados a uma resposta imediata ao corpo de que fazem parte), se dirigem (quando percebem) ao que, de imediato, seria uma resposta satisfatória ao corpo. Daí dizer que a percepção se dá somente na medida em que o objeto do campo de visão do sujeito responde satisfatoriamente ao que Bergson chama ‘afecções’ do corpo (desse sujeito).

Nesse processo de reflexão do protagonista, o “espelho”, no qual ele reflete – e se reflete - pode ser visto como uma metáfora da sociedade na qual o sujeito se insere; a imagem refletida como representação desse indivíduo imerso nessa realidade social. Portanto, “espelho” figurando a sociedade que delimita e circunscreve o sujeito. Espelho esse – sociedade - em que o narrador (sujeito) se vê e se reconhece nela na medida em que ela se reflete quando reflete o sujeito.

Não obstante, se, por um lado, os ‘olhos’ enganam; por outro, eles – paradoxalmente - figuram como o único instrumento de ‘desvio’ em relação ao engano, uma vez que, diante da mudança ininterrupta da ‘máscara’ social adotada pelo sujeito, os únicos elementos que se mostram constantes, imutáveis são ‘os olhos’ - diferentemente das “outras componentes, contingentes e ilusivas” (ROSA, p.125). Os olhos constituem, assim, o instrumento de ‘descoberta’ do velado, a tentativa desvendar o ‘segredo’ oculto ao próprio eu:

Soube-o: os olhos da gente não tem fim. Só eles paravam imutáveis, no centro do segredo. Se é que de mim não zombassem, para lá de uma máscara. Porque o resto, o rosto, mudava permanentemente. [...] (ROSA, p.123).

Daí os ‘olhos’ permitirem, em circunstância rara, o sujeito adentrar o interior do espelho (em que o homem se reflete). Este instrumento, ainda que circunscrito pelo “frame” – aqui compreendido como a estrutura social -, nem sempre consegue controlar as “brechas” que se interpõem em certos “vãos” ou sobras da própria estrutura. E, como tal, alguns (bem poucos) indivíduos às vezes conseguem se infiltrar nesses hiatos garantindo, assim, uma relativa mobilidade dentro dessa estrutura. Afinal, o interior do espelho dá espaço a uma extensão, a um fundo (desconhecido) que, conquanto a limitação (ou enquadramento) do indivíduo a um todo fechado, tal fundo permite-lhe uma rearticulação ou reajustamento interno que, se por um lado, não chega a impactar



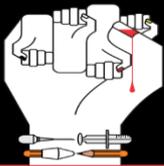
significativamente na estrutura como um todo, por outro lado, chega a interferir decisivamente no processo de conscientização do sujeito.

METODOLOGIA

Nesse sentido, este trabalho discute, a partir da aludida obra, até que ponto o indivíduo pode ser considerado um ser autônomo na medida em que ele está, involuntariamente, submetido a papéis previamente delimitados por uma ordem social da qual é oriundo. E, como tal, torna-se pertinente reportar às contribuições de Bergson para esclarecer a discussão que, aqui, se empreende. No artigo intitulado *A percepção consciente segundo Bergson*, Bitterbier elucida o conceito de percepção quando ao discutir o capítulo I do livro *Matéria e Memória*, do aludido filósofo.

Ela parte da discussão de que Bergson concebe o universo como um conjunto de imagens, dentre as quais se situa também o homem (ainda não constituído em sujeito; ou seja, enquanto corpo). Nesse universo, a imagem-corpo assume uma posição privilegiada por se tratar de um centro de indeterminação quando afetado por estímulos externos (outras imagens). Nesse caso, os estímulos levam o indivíduo - dentro desse campo de imagens (e de possibilidades) - a hesitar diante das opções de escolha e, como tal, a agir. A circunstância é mais ou menos assim: o sujeito, situado nesse campo de imagens, se encontra na situação de que a imagem do corpo [e do sujeito] prevalece sobre as demais mediante as afecções, as quais constituem o elemento diferenciador do sujeito em relação às demais imagens. Elas tanto podem impelir o sujeito a agir quanto levá-lo a uma hesitação diante dos estímulos. Daí a ação do sujeito mediante as possibilidades de escolha, já que tem que optar por uma ação possível da imagem-corpo, que, por sua vez, é o que permite a percepção. Esta dar-se-á a partir do proveito que o corpo - enquanto imagem privilegiada - possa ter das imagens ao seu redor. Nesse caso, o sujeito faz uma espécie de recorte dentre as imagens, destacando aquela que, de imediato, atenda à sua intencionalidade.

Ademais, para a discussão que aqui se propõe, torna-se pertinente, mais uma vez, considerar os estudos de Berger e Luckmann em *A Construção da Realidade* (2012), sobretudo, por considerarem, a partir de Marx, “a consciência do homem determinada por seu ser social” (p. 16) e, também, por destacarem o caráter intencional da consciência: de ser esta sempre dirigida a um objeto, de “tender para” algo já previamente delimitado (p.37). Eles ressaltam, ademais, a capacidade que a consciência tem de transitar entre diferentes esferas da realidade e, portanto, de se deslocar de uma



dada realidade para outra. Não obstante, dentre as realidades concebidas, a da vida cotidiana tem a primazia de ser adotada como de excelência, já que é esta que se apresenta ao sujeito de maneira mais intensa. É aquela imediata. É, consoante os estudiosos, aquela previamente constituída, definida e dada ao sujeito.

CONCLUSÃO

Nesse sentido, a realidade refletida no espelho (desse sujeito) figura como a verdade que o indivíduo recebe (já que lhe é imposta) e a concebe como sendo sua. Por conseguinte, o 'visto' no espelho constitui aquilo que já se esperava ser visto, uma vez que esse 'visto' já é, por si mesmo, a realidade de quem espera ver.

O Espelho, de Guimarães Rosa, consegue, desse modo, vislumbrar um procedimento que, talvez, somente a ficção seja capaz de empreender: deslocar o sujeito do itinerário costumeiro, para o qual os seus 'olhos' sempre o orientam, e lançar esse olhar - mais inquiridor - para aquilo que o circunda. Ou seja, a obra de Guimarães Rosa é capaz de nos fazer perceber aquilo que, embora ao nosso redor, sempre nos passa despercebido. Ela cumpre o papel de que, quando inseridos no "campo de imagens" (aludido por Bergson), consigamos desviar-nos do nosso olhar em "cone" e passemos a enxergar o que a vida na sua realidade cotidiana não consegue nos mostrar. Assim, o 'não-visto' passa a ser visto na possibilidade que só mesmo a literatura é capaz de permitir. Rosa remete-nos, por conseguinte, a uma visão menos limitada e menos imediatista de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Espelho. Guimarães Rosa. Sociedade. Sujeito.

REFERÊNCIAS

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso: História e literatura**. 2 ed. – São Paulo: Ática, 2007.

BERGER, Peter L. **A Construção Social da Realidade**. 34ª ed.; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2012.

BITTERBIER, Solange. **A Percepção Consciente segundo Bergson**. In: Cadernos da Graduação, nº8, 2010.

_____. Tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto. (org.) **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.19-32.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras Estórias**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores Ltda., 2008.